013. APELAÇÃO 0014103-08.2009.8.19.0029 Assunto: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano / Impostos / DIREITO TRIBUTÁRIO Origem: MAGE CENTRAL DE DIVIDA ATIVA Ação: 0014103-08.2009.8.19.0029 Protocolo: 3204/2017.00669364 - APELANTE: MUNICIPIO DE MAGE PROC.MUNIC.: PAULO VINICIUS MOTTADE GOMES TOSTES APELADO: JUREMA DE LIMA DE SOUZA **Relator: DES. EDUARDO DE AZEVEDO PAIVA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. MUNICÍPIO DE MAGÉ. POSSIBILIDADE DE O MAGISTRADO RECONHECER, DE OFÍCIO, A EXTINÇÃO DO CRÉDITO. DESNECESSIDADE DA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA, NOS TERMOS DO ARTIGO 40 § 4º, DA LEI 6830/80 POR NÃO TRATAR A HIPÓTESE DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106, DO STJ. PRINCÍPIO DO IMPULSO OFICIAL QUE NÃO OSTENTA CARÁTER ABSOLUTO. ENTE TRIBUTANTE QUE DEIXOU DE CONCORRER PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. MOROSIDADE QUE NÃO PODE SER IMPUTADA SOMENTE AO PODER JUDICIÁRIO. PRECEDENTES DO TJ/RJ E DO STJ. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO COM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DE 2008. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

014. APELACAO / REMESSA NECESSARIA 0027334-45.2016.8.19.0001 Assunto: Isonomia Salarial - Servidor Público Civil / Isonomia/Equivalência Salarial / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 6 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0027334-45.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00680918 - APE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO APE: FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RIOPREVIDENCIA PROC. EST.: NATÁLIA AMITRANO VARGAS APDO: ELY LOBATO CALDAS ADVOGADO: SERGIO LUIZ DE FREITAS OLIVEIRA OAB/RJ-125089 ADVOGADO: LAÍS NEVES SOARES DE FREITAS OLIVEIRA OAB/RJ-190408 ADVOGADO: JORGE LUIS RODRIGUES DE ALMEIDA BATISTA OAB/RJ-185057 **Relator: DES. EDUARDO DE AZEVEDO PAIVA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PROFESSORA APOSENTADA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO. TRANSFERÊNCIA PARA A INATIVIDADE COM GARANTIA DE PARARIDADE E INTEGRALIDADE. GRATIFICAÇÃO DE "DIRETOR DE ESCOLA TIPO C" INCORPORADA. DIREITO À REVISÃO DA PARCELA NOS MESMOS MOLDES EM QUE REALIZADA PARA O SERVIDOR ATIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA. UTILIZAÇÃO DO IPCA. JUROS DE MORA, NA FORMA DO ART. 5º DA LEI Nº 11.960/2009, CONFORME DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO RE 870.947/SE. REFORMA DA SENTENÇA APENAS NESSE PONTO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

015. REMESSA NECESSARIA 0268909-20.2014.8.19.0001 Assunto: Revisão / Pensão / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 2 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0268909-20.2014.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00676155 - AUTOR: MARIA LUCIA DE LOURDES CORTES DOS SANTOS ADVOGADO: LEONARDO ESCODINO ALBERONI OAB/RJ-094176 REU: FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RIOPREVIDENCIA PROC. EST.: RICARDO JOSE DA ROCHA SILVA **Relator: DES. EDUARDO DE AZEVEDO PAIVA** Funciona: Ministério Público Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. LEI 285/79. PENSIONISTA DE EX-SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. BENEFÍCIO ATUALIZADO EM 2010 QUE JÁ ESTÁ DEFASADO. APLICÁVEL AO CASO NORMA EM VIGOR À ÉPOCA DO ÓBITO DO SEGURADO. PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM.SÚMULA Nº 340 DO STJ. BENEFÍCIO QUE DEVE CORRESPONDER À INTEGRALIDADE DOS VENCIMENTOS DO FALECIDO SERVIDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40, §§7º e 8º, da CRFB/88, EQUIVALENDO AO VALOR A QUE O MESMO FARIA JUS SE VIVO FOSSE E EM ATIVIDADE ESTIVESSE, EXCLUÍDAS AS VANTAGENS DE NATUREZA PROPTER LABORE APENAS. REVISÃO QUE SE IMPÕE. PAGAMENTO DE PARCELAS VENCIDAS, OBSERVADA, ENTRETANTO, A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85 DO STJ. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO. Conclusões: Por unanimidade de votos, confirmou-se a sentença em remessa necessária, nos termos do voto do Des Relator.

016. APELACAO / REMESSA NECESSARIA 0321171-49.2011.8.19.0001 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 7 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0321171-49.2011.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00658877 - APE: FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RIOPREVIDENCIA PROC. EST.: GUSTAVO AREAL PIRES APDO: MARCIA SANTOS DA COSTA ADVOGADO: ADEMIR SILVA PEIXOTO OAB/RJ-112066 **Relator: DES. EDUARDO DE AZEVEDO PAIVA** Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FILHA MAIOR E SOLTEIRA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. LEI 285/79. APLICÁVEL AO CASO NORMA EM VIGOR À ÉPOCA DO ÓBITO DO SEGURADO. PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM.SÚMULA Nº 340 DO STJ. EX-SERVIDOR QUE FALECEU DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI ESTADUAL Nº 285/79 QUE PREVIA A ESPÉCIE DE PENSIONAMENTO. ALEGAÇÃO AUTURAL CONFIRMADA PELAS PROVAS DOS AUTOS ACERCA DA DEFASAGEM DO VALOR DO BENEFÍCIO. REVISÃO QUE SE IMPÕE. PAGAMENTO DE PARCELAS VENCIDAS, OBSERVADA, ENTRETANTO, A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85 DO STJ. SÚMULA 111 STJ. INCIDÊNCIA. PROVIMENTO DO APELO PARA CONSIGNAR QUE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA NÃO ALCANÇAM AS PARCELAS VENCIDAS APÓS A SENTENÇA. Conclusões: Por unanimidade, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

017. APELAÇÃO 0222696-82.2016.8.19.0001 Assunto: Seguro / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 17 VARA CIVEL Ação: 0222696-82.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00663318 - APELANTE: BRADESCO SAÚDE S/A ADVOGADO: CÁSSIO RAMOS HAANWINCKEL OAB/RJ-105688 ADVOGADO: DANIEL DE ALMEIDA MARTINS OAB/RJ-120814 APELADO: DESKTOP SINALIZAÇÃO VISUAL LTDA - ME **Relator: DES. EDUARDO DE AZEVEDO PAIVA** Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA CONSUBSTANCIADA EM PAGAMENTO DE PRÊMIOS DE SEGURO DE SAÚDE E MULTA CONTRATUAL EM RAZÃO DE CONTRATO DE SEGURO FIRMADO ENTRE AS PARTES. SENTENÇA QUE EXTINGUE O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR NÃO TER O AUTOR REGULARIZADO O RECOLHIMENTO DA DIFERENÇA DAS CUSTAS INICIAIS, CONFORME ATO ORDINATÓRIO. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA NÃO ATENDIDA. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SÚMULA 290 DO STJ. CASSAÇÃO DA SENTENÇA. PROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO. Conclusões: Por unanimidade, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

018. APELAÇÃO 0451274-08.2015.8.19.0001 Assunto: Aposentadoria por Invalidez Acidentária / Benefícios em Espécie / DIREITO PREVIDENCIÁRIO Origem: CAPITAL 11 VARA CIVEL Ação: 0451274-08.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00672690 - APELANTE: EDNA MARIA BISPO DOS SANTOS ADVOGADO: MARCOS DA PAZ PERDIGÃO OAB/RJ-114103 ADVOGADO: MARCIA COSTA DO NASCIMENTO BARROS OAB/RJ-131077 APELADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS PROC.FED.: GISELA DE CASTRO PIRES **Relator: DES. EDUARDO DE AZEVEDO PAIVA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO ATÍPICO. PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO DA AUTARQUIA A CONCEDER BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE CARÁTER ACIDENTÁRIO, APÓS GOZO E SUSPENSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA. DOENÇA DE NATUREZA NÃO PREVIDENCIÁRIA RESULTANTE DAS